



JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico nº 008/2026

Processo Administrativo nº 3209/2025

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital apresentada por empresa interessada no certame, na qual a impugnante sustenta, em síntese, que o critério de julgamento adotado — **menor preço por lote** — restringiria a competitividade do certame, defendendo a necessidade de parcelamento do objeto e adoção do critério de menor preço por item.

Alega, ainda, que a contratação em lote não se mostraria necessária, por supostamente envolver itens que poderiam ser fornecidos de forma independente.

É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE

A impugnação é tempestiva e apresentada por parte legítima, razão pela qual deve ser conhecida, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

III – DO MÉRITO

Não assiste razão à impugnante.

O objeto do presente certame consiste na **contratação de empresa especializada para a locação, instalação, operação assistida e manutenção de equipamentos geradores de gases medicinais**, conforme especificações técnicas constantes do Edital e do Termo de Referência.

Trata-se de **solução técnica integrada**, voltada ao atendimento contínuo e seguro das unidades de saúde, especialmente em ambientes hospitalares, onde a interrupção ou falha no fornecimento de gases medicinais pode gerar **risco direto à vida dos pacientes**.

Diferentemente do alegado, o objeto **não se caracteriza como um conjunto de itens autônomos e independentes**, mas sim como um **sistema único e funcionalmente indivisível**, no qual os equipamentos, acessórios, instalação, parametrização, operação e manutenção encontram-se **tecnicamente interligados**, exigindo plena compatibilidade entre os componentes e **responsabilidade técnica centralizada**.

Nesse contexto, a opção administrativa pelo critério de julgamento **menor preço por lote** encontra-se **devidamente justificada sob os aspectos técnico, operacional e gerencial**, mostrando-se necessária para assegurar:

- a integração e compatibilidade técnica dos equipamentos;
- a padronização tecnológica do sistema de gases medicinais;
- a segurança operacional e assistencial, especialmente em áreas críticas da saúde;
- a responsabilização única da contratada quanto ao desempenho global do sistema;



- a mitigação de riscos operacionais, contratuais e assistenciais, que poderiam advir da fragmentação do objeto.

A fragmentação da contratação, além de não se mostrar tecnicamente recomendável, **poderia comprometer a eficiência do serviço público**, gerar conflitos de responsabilidade entre fornecedores distintos e dificultar a fiscalização e a gestão contratual, em afronta aos princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público.

Ressalte-se que a Lei nº 14.133/2021 condiciona o parcelamento do objeto à sua **viabilidade técnica e econômica**, o que não se verifica no caso concreto. Ao contrário, a contratação integrada se revela a alternativa mais segura, eficiente e vantajosa para a Administração.

A jurisprudência dos órgãos de controle, notadamente do Tribunal de Contas da União, é pacífica no sentido de que **a adjudicação por lote é plenamente admissível quando a execução do objeto exigir integração técnica, compatibilidade funcional ou responsabilidade unificada**, exatamente como ocorre na contratação de sistemas de geração de gases medicinais.

Assim, não se verifica qualquer afronta aos princípios da isonomia, competitividade ou julgamento objetivo, uma vez que o edital **não impede a participação de interessados**, mas apenas exige que os licitantes apresentem proposta para o fornecimento da solução completa, em conformidade com as necessidades da Administração.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, **CONHEÇO da impugnação**, por tempestiva, e **NO MÉRITO NEGOU-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se integralmente os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2026, uma vez que:

- a adoção do critério de julgamento **menor preço por lote** encontra-se tecnicamente justificada pela natureza integrada do objeto;
- o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem operacionalmente viável;
- a contratação em lote atende aos princípios da eficiência, segurança, planejamento e interesse público.

Determina-se o regular prosseguimento do certame.

É a decisão.

Fabíola da Silva Wernech
Secretária Municipal de Saúde

Com fundamento na análise técnica e jurídica acima exposta, **RATIFICO o presente julgamento da impugnação**, por seus próprios fundamentos, mantendo-se inalterados os termos do edital e determinando o regular prosseguimento do certame.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques
Pregoeiro